

ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001.46 Telefax: (75) 3427-1363 E mail: cmesplanada@gmail.com

ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO **CONTRATO Nº 16/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO №.27/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 CONTRATO Nº 016/2023

MODALIDADE – TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

SETOR - GABINETE DA PRESIDENCIA

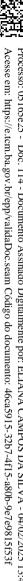
OBJETO – ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO № 16/2023, CUJO TÉCNICO ESPECIALIZADOS É A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES EM RELAÇÃO DA EFETIVA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE TESOURARIA, ORCAMENTO E CONTAS - SIAFIC.

DATA - 27 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTRATADO(S)

EMPRESA

PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82.





Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370 000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

Esplanada - Bahia, 26 de dezembro de 2024.

De: Srª. Quezia Almeida Amaro

Diretora

Para: Presidente

Assunto: Autorização de Aditivo para Prorrogação de Prazo

Senhora Presidente,

Solicito de V^a. Excelência, que se digne autorizar a prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO Nº 16/2023 da empresa **PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82**, contratada para execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas — SIAFIC, conforme especificações constantes no Pregão Presencial n.º 001-2023 e com a proposta contratada.

JUSTIFICATIVA:

I - HISTÓRICO

A empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82, foi contratada através do Contrato nº. 16/2023, decorrente do Pregão Presencial nº 001-2023 que tem como objeto a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas – SIAFIC.

O Contrato nº 16/2023, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) mensal, foi assinado em 13 de abril de 2023. O prazo de vigência do Contrato se encerrou em 31.12.2023.

O 1º Termo Aditivo de Prazo se encerrou em 31.12.2024.

Há necessidade de manter os serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas – SIAFIC desta Câmara exigindo que contrato mencionado acima seja prorrogado, mediante a celebração do 2º Termo Aditivo, pelo prazo solicitado, com início em 01/01/2025 a 31/12/2025.

A Cláusula Quinta do Contrato em comento prevê a possibilidade de sua prorrogação.



Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax:(75) 3427-1363

A opção pela continuidade dos serviços contratados decorre do fato que não haverá alteração no valor do preço pactuado.

E-mail: cmesplanada@gmail.com

Além disso, o(a) contratado (a) manifestou interesse em continuar com a prestação de serviços, nas mesmas condições e preços, após consulta do Secretário de Gabinete conforme documento anexo.

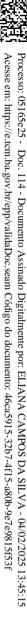
Informa-se a existência de cobertura orçamentária para a despesa com a prorrogação contratual na seguinte dotação:

INDIANE DE CAMENTARIA	ATVBACE		PONTE RE RECORDO
01.01.01-CĂMARA MUNICIPAL	01.031.0001.2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

VALOR GLOBAL: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Atenciosamente,

<u>Migua A'm'uda Amu</u> Quezia Almeida Amaro Diretora





Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, -CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001 46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

Esplanada - Bahia, 26 de dezembro de 2024.

Comunicado

Assunto: Prorrogação de Prazo de Vigência

A Empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82.

Através do presente expediente, considerando a necessidade da Administração de manter os serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orcamento e Contas - SIAFIC e ainda a existência de previsão da possibilidade de prorrogação da vigência do CONTRATO Nº 16/2023, na Cláusula quinta do citado instrumento contratual, vem a Câmara Municipal consultar a Vossa Senhoria do interesse em manter o citado contrato pelo prazo de mais 12 (doze) meses, nas condições ajustadas originariamente.

Caso possua interesse na manutenção do contrato, requer que Vossa Senhoria, responda expressamente à presente consulta.

Respeitosamente.

Diretora





Rua Juraci Magalhães, nº 016, Andar 02, Sala 201, Conceição do Jacuípe-BA, Cep:44.245-000

SOLICITAÇÃO DE ADITAMENTO CONTRATUAL

AO CONTRATO Nº 016/2023

SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO RELATIVO AO DE **TÉCNICOS** CONTRATO SERVIÇOS **ESPECIALIZADOS** DE CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO CONTROLE DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES EM RELAÇÃO DA EFETIVA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE TESOURARIA, ORÇAMENTO E CONTAS-SIAFIC -PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA E A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 027/2024.

À Câmara Municipal de Vereadores de Esplanada Sra. Quezia Almeida Amaro Diretora

À empresa PATRIMONIAL SOLUCOES CONTÁBEIS- CNPJ Nº 07.121.323/0001-82, situada a Rua Juraci Magalhães, 16, Andar 2 sala 201, Centro, Conceição do Jacuípe-BA, CEP: 44.245-000, vem através deste presente, concordar com a formalização de Aditamento do Contrato de nº 016/2023 para a ampliação da vigência por igual período de 12 meses.

Conceição do Jacuípe, 26 de dezembro de 2024.

CPF:242.279.005-49

Patrimonial Soluções Contábeis LTDA CNPJ N° 07.121.323/0001-82

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE AMECC-SERVIÇOS DE CONTABILIDA LTDA

CNPJ nº 07.121,323/0001-82



LUIZ CLAUDIO CAFEZEIRO DE ALMEIDA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 27/12/1962, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, CONTADOR, CPF nº 242.279.005-49, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0243561660, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA § PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) ESTRADA DA CACHOEIRINHA, 1935, BLOCO 15 APT 301 COND ΛLΤΟ DA COHEIRINHA, CABULA VI, SALVADOR, BA, CEP 41181057, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial AMECC-SERVICOS DE CONTABILIDADE LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29202745001, com sede Rua Pedro Rodrigues Bandeira, 108, Edf Santa Elisia, Salag 101, Comercio Salvador, BA, CEP 40015080, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 07.121.323/0001-82, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da §

Jurídica/MF sob o nº 07.121.323/0001-82, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade que gira sob o nome empresarial AMECC-SERVIÇOS DE CONTABILIDADE LTDA, girará, a partir desta data, sob o nome empresarial PATRIMONIAL SOLUCOES CONTABEIS LTDA.

ENDEREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RUADIURACI MAGALHAES, 16, ANDAR 2 SALA 201, CENTRO, CONCEICAO DO JACUIPE, BA, CEP 44.245-000.

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
SERVIÇOS DE CONTABILIDADES; ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA

ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA SERVICOS DE CONTABILIDADES: SERVIÇOS DE CONTABILIDADES; ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA O CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO O PROFISSIONAL E GERENCIAL; PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET.

CNAE FISCAL

6920-6/01 - atividades de contabilidade

6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

6920-6/02 - atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

7020-4/00 - atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

8599-6/04 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

DA RATIFICAÇÃO E FORO

Página 1 Reg: 81300000016498

Junta Comercial do Estado da Bahia

06/01/2023



Acesse em: https://e.tcm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 46ca5915-32b7-4f15-a80b-9e7e9815f53f Processor of Hoseles LyBible 1742: Decement Assimate of Length Henry Processor Alvinos Dasilva - 04/02/2025 13:45:15

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE AMECC-SERVIÇOS DE CONTABILIDA LTDA

CNPJ nº 07.121.323/0001-82



CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social passa a ser SALVADOR, BA.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

O sócio lavra o presente instrumento.

SALVADOR, BA, 4 de janeiro de 2023.

LUIZ CLAUDIO CAFEZEIRO DE ALMEIDA

COIZ OCHODIO OM EZEMO DE MEMERON

Req: 8130000016498 Página 2



Junta Comercial do Estado da Bahia

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Certifico o Registro sob o nº 98324812 em 06/01/2023

06/01/2023







Processo: 05165e25 - Doc. 114 - Documento Assinado Digitalmente por: ELIANA CAMPOS DA SILVA - 04/02/2025 13:45:15

234123770

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

SUCE DISTRICT OF PROPERTY OF BASICS.	234123770
	TERMO DE AUTENTICAÇÃO
NOME DA EMPRESA	PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA
PROTOCOLO	234123770 - 04/01/2023
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
	MATRIZ
HRE 29202745001 INPJ 07.121.323/0001-82 PERTIFICO O REGISTRO EI POTOCOLO ARQUIVAME	M 06/01/2023 ENTO 98324812 DE 06/01/2023 DATA AUTENUCAÇÃO 06/01/2023
	REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE
Onf. 24227900549 - 114273	AUDIO CAPPZEIRO DE ALMEIDA - Assinado em 04/01/2023 às 15,13:33
CP. 2722/7/03:49 - EUIZ (E)	

MATRIZ

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral



Nome da empresa PATRIMONIAL SOLUCOES CONTABEIS LTDA NIRE 29202745001

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx Chancela 93529904072553

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/01/2023 por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Categoria Nº Registro
TÉCNICO EM BA-018151/0-3

CONTABILIDADE Nome

LUIZ CLAUDIO CAFEZEIRO DE ALMEIDA

Nascimento Nacionalidade Naturalidade 27/12/1962 BRASILEIRA JEQUIE-BA

-8 02 4 Class

Assinatura do Profissional



Filiação AUGUSTO JOSE CASTRO DE ALMEIDA WALQUIRIA CAFEZEIRO DE ALMEIDA

CPF 242.279.005-49 Documento de Identificação 0243561660 SSP-BA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lel ni.º 6.206/75.



VALIDA ESFTEDO O TERRITORIO MACIONAL

Data de Registro 28/04/1997

Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade Código de Validação: 0B23AE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA



Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/24227900549/codi
go/0B23AE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

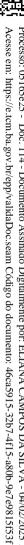
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.121.323/0001-82
MATDI7

07.121.323/0001-82 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 09/12/2004 CADASTRAL			
NOME EMPRESARIAL PATRIMONIAL SOLU	ICOES CONTABEIS LTDA				
TITULO DO ESTABELECIME AMECO PATRIMONIA	ENTO (NÔME DE FANTASIA) AL	PORTE EPP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 69.20-6-01 - Atividade	ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL es de contabilidade				
63.19-4-00 - Portais, 69.20-6-02 - Atividado 70.20-4-00 - Atividado	es de consultoria e auditoria com es de consultoria em gestão emp ento em desenvolvimento profiss	s serviços de informação na internet Itábil e tributária presarlal, exceto consultoria técnica específica			
206-2 - Sociedade En					
LOGRADOURO R JURACI MAGALHA	AES	NUMERO COMPLEMENTO ANDAR 2 SALA 201			
CEP 44,245-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CONCEICAO DO JACUIPE UF BA			
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMECC@OUTLOOK	.COM.BR	TELEFONE (71) 9703-0155			
ENTE FEDERATIVO RESPO	INSÁVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/11/2022			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAE	DASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/12/2024 às 12:44:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PATRIMONIAL SOLUCIOES CONTABEIS LTDA

CNPJ: 07.121.323/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradorla-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rrfp.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/19/2014. Emitida às 08:21:32 do dia 21/10/2024 <hora e data de Brasilia>. Válida até 19/04/2025.

Código de controle da certidão: 81B8.7338.D290.2589 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

07.121.323/0001-82

Razão Social:

V 17 12 2024 20 45

AMECC ASSESSORIA MUNICIPAL E CONSULTORIA CONTABIL LTDA

Endereco:

R CORONEL ALMERINDO REHEM 126 SALA 1101/04 / CAMINHO DAS

ARVORES / SALVADOR / BA / 41820-768

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2024 a 06/01/2025

Certificação Número: 2024120801341296742337

Informação obtida em 17/12/2024 20:45:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Página I de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PATRIMONIAL SOLUCOES CONTABEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.121.323/0001-82 Certidão nº: 84147635/2024

Expedição: 05/12/2024, às 14:06:52

Validade: 03/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PATRIMONIAL SOLUCOES CONTABEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)** , inscrito(a) no CNPJ sob o n° 07.121.323/0001-82, **MÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA FAZENDA

No. 45 10 4 4 4 4

Emissão: 05/12/2024 14:05

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20245270711

RAZÃO SOCIAL			
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
INSCRIÇÃO ESTADUAL CNPJ			
	67.121.323/8601-82		

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahía cobrar qualsquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 05/12/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 días, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefsz.be.gov.br

> Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria de Receita Federal do Ministêrio da Fezenda.





MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Data Impressão: 05/12/2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

N° 00001083/2024

Emissão: 17/10/2024 Validade: 15/01/2025

PATRIMONIAL SOLUCOES CONTABEIS LTDA

CGA: 000.306.539/001-16

CPF/CNPJ: 07.121.323/0001-82

CNAE: 6920-6/01

RUA JURACI MAGALHAES, 16

ANDAR 2 SALA 201

CENTRO

44.245-000 - CONCEICÃO DO JACUÍPE - BA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO EM PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE INSCREVER E COBRAR DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA NESTA REPARTIÇÃO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO ACIMA, E PARA CONSTAR, DETERMINEI QUE FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

OBS:QUALQUER RASURA OU EMENDA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.







Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001 46 Teletax:(75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

DESPACHO PARA ASSESSORIA JURÍDICA

Pelo presente remeto tal processo ao departamento jurídico para analisar e opinar a respeito do referido pedido de Aditivo ao Contrato nº 16/2023, conforme **Processo Administrativo nº 27/2024**, emitindo parecer favorável ou não, conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Outrossim, encaminho ao Setor de Contabilidade afim de que certifique a existência de dotação orçamentária para fazer face à despesa com a prorrogação contratual pelo prazo de 12 (doze) meses.

Esplanada- Bahia, 27 de dezembro de 2024.

ELIANA ĆAMPOS DA SILVA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA



76 10 10 10

Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax:(75) 3427 1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

PARECER CONTÁBIL

Exm^a. Sr^a. **ELIANA CAMPOS DA SILVA**Presidente da Câmara Municipal

Em atenção à solicitação efetuada por Vossa Excelência referente a necessidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 16/2023, que tem por objeto a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas – SIAFIC, despesa mensal estimada em R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para o período informado na Solicitação que instrui o Processo Administrativo em epígrafe, certificamos a previsão de recursos e saldos orçamentários para assegurar o pagamento das despesas decorrentes na dotação abaixo especificada:

ERIPADE CROMMENTÂUA			
01.01.01-CÂMARA MUNICIPAL	01.031.0001.2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Atenciosamente.

Esplanada - Bahia, 27 de dezembro de 2024.

Luiz Cláudio Cafezeiro de Almeida CRC/BA nº 018 151/0-3

MURILO FONSECA PEIXOTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACI. CNPJ Nº. 26.262.762/0001-50



PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 27/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 09/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2023 CONTRATO N° 016/2023

PARECER JURÍDICO



I - RELATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Esplanada solicita parecer jurídico sobre a possibilidade de celebração de Termo de Aditamento ao prazo de vigência do Contrato em epígrafe, firmado pela Câmara para execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas - SIAFIC.

Constam anexados aos autos:

- a) Justificativas para prorrogação;
- b) Contrato;
- c) Documentos de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista.
 - d) Outros documentos.

A Câmara Municipal de Esplanada requer a prorrogação de **01/01/2025 A 31/12/2025**, com fulcro no artigo Art. 57, inciso II e § 2° da Lei n° 8.666/93.

Consta nos presentes autos a informação proveniente da Contabilidade de que há disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa decorrente do aditamento.

É o Relatório.

II - MANIFESTAÇÃO

Vê-se que o presente processo administrativo busca a prorrogação do Contrato nº 016/2023 firmados com a Empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82, visando a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas - SIAFIC.

O Contrato está vigente, por meio de aditivo, até o dia 31 de dezembro de 2024, sendo solicitada a sua prorrogação por igual período.

MURILO FONSECA PEIXOTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACION CNPJ Nº. 26.262.762/0001-50



O art. 57, inciso II, da Lei de Licitações, abaixo transcrito, prevê que a duração dos contratos regidos por aquela Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos contratos que devam ser executados de forma contínua, como no caso em tela, verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(. . .)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

JOEL DE MENEZES NIEBUHR¹, sobre o tema, leciona da seguinte forma:

"12.6.1 Conceito de serviços contínuos

O inciso II do art. 57 da Lei n°. 8.666/93 permite a prorrogação de contratos de prestação de serviços contínuos, cujo prazo de duração pode ser prorrogado até alcançar 60 meses e, ainda, de acordo com o §4° do mesmo artigo, em caráter excepcional, devidamente justificado e aprovado pela autoridade competente, por outros doze meses, perfazendo o total de 72 meses.

Antes de tratar do prazo máximo dos pressupostos para a prorrogação, é necessário esclarecer o que é serviço contínuo.

Com efeito, em primeiro lugar, serviço contínuo, com escusas pela obviedade, é espécie de serviço, o que se caracteriza pela obrigação de fazer. Aliás, essa é a distinção fundamental entre serviços e compras. Os serviços revelam obrigação de fazer ao passo que as compras desenham obrigação de dar. Ocorre que há muitos contratos de fornecimento contínuo, isto é, de compra de coisas realizadas pela Administração de modo continuado, como sucede com combustível, gêneros alimentícios, material de expediente e outros objetos. Tais contratos não se subsumem ao conceito de serviços contínuos porquanto, pura e simplesmente, não constituem serviços, porém compras. Em vista disso, tais contratos não podem ser prorrogados, pelo menos não com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei n°. 8.666/93.



Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011, pág. 727/728.

MURILO FONSECA PEIXOTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCAC CNPJ Nº. 26.262.762/0001-50



Em abordagem inicial, serviços contínuos, como o próprio nome revela, são aqueles prestados sem interrupção, sem solução de continuidade. Portanto, serviços que são prestados eventualmente não são qualificados como contínuos.

Todavia, para qualificar serviço como contínuo não é necessário que o prestador do serviço realize algo em favor da contratante diariamente. Por exemplo, serviços de manutenção de bens móveis ou imóveis são qualificados como contínuos, muito embora não seja usual necessitar os préstimos do contratado diariamente. Então, a rigor, serviços contínuos são aqueles em que o contratado põe-se à disposição da Administração de modo ininterrupto, sem solução de continuidade. Em vista disso, pode-se dizer que, em regra, os serviços contínuos correspondem à necessidade permanente da Administração, a algo que ela precisa dispor sempre, ainda que não todos os dias."

O próprio Tribunal de Contas da União² conceitua serviços contínuos, da seguinte forma:

Serviços Contínuos - aqueles serviços auxiliares, necessários a Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

Para MARÇAL JUSTEN FILHO³, o conceito de serviços executados de forma contínua está ligado ao atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro, vejamos:

"A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.

Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço.

³ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14º Edição. São Paulo: Dialética, 2010, pág. 727.

Foresca Peixoto

Manual de Licitações & Contratos Administrativos, Orientações e Jurisprudências do TCU, 4º edição, rev. ampl e atualizada, pág. 892.

MURILO FONSECA PEIXOTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACI. CNPJ Nº. 26.262.762/0001-50



A regra da prorrogabilidade não se vincula à importância do serviço, mas à previsibilidade da existência de recursos orçamentários para seu futuro custeio. Lembre-se que o dispositivo do art. 57 vincula-se à disciplina orçamentária. serviço contínuo, relacionado com uma necessidade permanente e renovada, poderá ser contratado com previsão de prorrogação porque se presume que sempre haverá inclusão de verbas para sua remuneração no futuro. Logo, é perfeitamente um serviço contínuo não apresente possível que essencialidade - tal como se passa, sob certo ângulo, com o serviço comum de limpeza."

A Lei de Licitações, também no seu art. 57, §1°, prevê que os prazos de conclusão dos contratos admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, quando ocorrer:

Art. 57(...)

- § 1°. Os prazos de início de etapas de execução, <u>de conclusão</u> e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- I alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
 (...)
- § 2°. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Verifica-se, portanto, que havendo previsão no contrato de prorrogação de prazo, fundada no art. 57, Inciso II e §\$1° e 2°, da Lei de Licitações, e levando-se em consideração que o Contrato e ainda não tiveram o seu prazo de vigência expirado, é possível a formalização de Termo Aditivo com o condão de prorrogar-se a vigência pelo tempo solicitado.

Veja como o Tribunal de Contas da União decidiu sobre a matéria:

"Deve ser observado atentamente o inciso II do artigo 57 da Lei n°. 8.666, de 1993, ao firmar e prorrogar contratos, <u>de forma a somente enquadrar como serviços contínuos contratos cujos objetos correspondam a obrigações de fazer e a necessidades permanentes" (Decisão n°. 1.136/2002, Plenário. Rel. Iram Saraiva, Órgão Julgador: Plenário, Sessão: 04/09/2002)</u>

MURILO FONSECA PEIXOTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACI. CNPJ Nº. 26.262.762/0001-50



Apenas prorrogue contrato com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei de Licitações, por iguais e sucessivos períodos, quando se tratar de prestação continuada de serviços.

Acórdão 100/2008 Plenário

Veja como o ilustre doutrinador **JOEL DE MENEZES NIEBUHR**⁴ explica o tema:

"O período iqual a que se refere o legislador não diz respeito ao prazo inicial de duração do contrato. Por exemplo, imaginese que o contrato de prestação de serviços contínuos tenha sido firmado em 1º.07.2007. Ele, de início, de acordo com o caput do art. 57 da Lei n°. 8.666/93, não pode ultrapassar 31.12.2007, porquanto está adstrito à vigência do crédito orçamentário. Dessa maneira, o prazo inicial do contrato é de seis meses. Pois bem, até o dia 31.12.2007, se for o caso, o contrato pode ser prorrogado, de acordo com o inciso II do mesmo art. 57, por iguais e sucessivos períodos. **Isso não** significa que ele tenha que ser prorrogado por apenas seis meses e, então, sucessivamente, até alcançar o limite. Ocorre que período igual é em relação ao caput, crédito ao orçamentário. Daí que, conquanto o prazo inicial do contrato seja de seis meses, no dia 31 de dezembro ele pode prorrogado para o exercício seguinte inteiro".

O Tribunal de Contas da União entende que não é necessário que o prazo inicial do contrato obedeça ao *caput* do art. 57 da Lei n°. 8.666/93, haja vista que ele pode ser firmado para além do crédito orçamentário, conforme Decisão n°. 586/2002, da 2ª Câmara do TCU.

III - CONCLUSÃO

Deve o Termo Aditivo a ser formalizado, após verificação da manutenção das condições de habilitação, ser publicado no prazo previsto no art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93

Segue em anexo Minuta do Termo Aditivo devidamente aprovada por essa Assessoria.

É o parecer.

Esplanada, 27 de dezembro de 2024

MURILO FONSECA PEIXOTO OAB/BA sob o nº 21.223

Assessor Jurídico-

⁴ Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2º ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011, pág. 727/728.



Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax:(75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

COMUNICAÇÃO INTERNA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 09/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2023

CONTRATO Nº 016/2023

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA/BA.

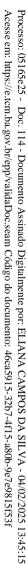
OBJETO: Aditivo. Prazo. SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES EM RELAÇÃO DA EFETIVA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE TESOURARIA, ORÇAMENTO E CONTAS – SIAFIC.

CONTRATADA: PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82.

Após analisar a solicitação do que se refere ao Processo Administrativo nº 27/2024 e resposta positiva do Departamento Jurídico da Câmara Municipal, autorizo ao Setor de Licitação a lavrar o termo aditivo de prorrogação prazo contratual, no prazo solicitado, no que determina as normas previstas no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Esplanada - Bahia, 27 de dezembro de 2024.

ELIANA CAMPOS DA SILVA PRESIDENTE DA CÂMARA







Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023 - TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA E A EMPRESA PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA - SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, NA FORMA ABAIXO.

A Câmara Municipal de Esplanada – Ba, ente de direito público interno, com sede na Rua Armando da Costa Tourinho, S/N°, CEP 48.370-000, Centro, Esplanada (Ba), inscrita no CNPJ sob o n.º 13.255.625/0001-46, neste ato representada por seu Presidente a Sra. Eliana Campos da Silva , inscrito no CPF n.º 782.513.035-91 e RG n.º 08.45.40.91-58 SSP/BA, residente e domiciliada no Loteamento dos Capuchinhos 265, Centro, Esplanada, Ba, CEP 48.370-000, doravante denominado CONTRATANTE e, a Empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82, com sede na Rua Juraci Magalhães, 16, 2 andar, Sala 201Centro, Conceição do Jacuipe/Ba, CEP 44.245-000, representante Luiz Claudio Cafezeiro de Almeida, Brasileiro, , Contador, CPF 242.279.005-49, RG 0243561660 SSP/BA , residente e domiciliado em Salvador, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023, com base no parecer Jurídico constante do Processo Administrativo nº. 27/2024 e com base no Pregão Presencial nº 001/2023 e do Processo Administrativo nº. 09/2023, sujeitando-se, no que couber, à Lei nº. 8.666/93 e à legislação que rege a espécie, mediante as cláusulas e condições sequintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 16/2023, cujo objeto é a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas – SIAFIC, conforme especificado nos Anexos, partes integrantes do Pregão Presencial n.º 001-2023 e com a proposta contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As alterações ao Contrato realizadas meio deste Termo Aditivo consistem na alteração do Prazo para execução do objeto contratado pelo período de 12 (doze) meses desde 01/01/2025 a 31/12/2025, descrita na Cláusula Quinta encontram-se no limite previsto no art. 57 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em face da prorrogação contratual, o valor total do Contrato passa a ser de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no disposto na Cláusula Quinta, do Contrato nº 16/2023 e no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA.

As despesas deste Contrato correrão á conta da seguinte dotação orçamentária:

Elle





Rua Armando da Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

E J. H. D. L. D. L	A SECTION NO.	DESPESATION DE	
01.01.01-CÂMARA MUNICIPAL	01.031.0001.2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	OUTROS SERVIÇOS	15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO.

Permanecem inalteradas as Cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste CONTRATO na Imprensa Oficial, no prazo de lei, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo lavrado em 3 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Esplanada (BA), 27 de dezembro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA/BA

Presidente da Câmara

PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82

Contratada

Testemunhas:

10 Landen des 5 Seize Kangste

PF 3482 06 55575

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA



ESTADODABAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

EXTRATO

2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO № 024/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO № 28/2024 -PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 24/2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023- PARTES: CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA - BA. INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 13.255.625/0001-46. CONTRATADA. DATALEGIS CONSULTORIA MUNICIPAL E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ Nº, 04.787 044/0001-64 **OBJETO**: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES F**UNDAMENTO LEGAL**. ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI Nº. 8.666/93: **COBERTURA ORÇAMENTÂRIA**: I-ORGÃO/UNIDADE: 01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL II-PROJETO ATIVIDADE: 01 031,0001 2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO III-ELEMENTO DE DESPESA: 33,90,39 00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA IV FONTE: 15000000-- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS VALOR GLOBAL R\$ 50.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) DATA DA ASSINATURA: 27/12/2024 VIGÊNCIA CONTRATUAL: 01/01/2025 A 31/12/2025. SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE ELIANA CAMPOS DA SILVA PELA CONTRATADA: LUIZ CLÂUDIO CAFEZEIRO DE ALMEIDA

Processo: 05165e25 - Doc. 114 - Documento Assinado Digitalmente por: ELIANA CAMPOS DA SILVA - 04/02/2025 13:45:15





Rua armando Costa Tourinho, S/N, - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax:(75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

EXTRATO

2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 16/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 09/2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023- PARTES: CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA -- BA, INSCRITA NO CNPJ SOB O N.º 13.255.625/0001-46. CONTRATADA. PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTÁBEIS LTDA, CNPJ Nº 07.121.323/0001-82 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI Nº. 8.666/93; COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: I-ÓRGÃO/UNIDADE: 01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL II-PROJETO ATIVIDADE: 01.031.0001.2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO III-ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA IV FONTÉ: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS VALOR GLOBAL R\$ 96.000,00 (NOVENTA E SEIS MIL REAIS) DATA DA ASSINATURA: 27/12/2024 VIGÊNCIA CONTRATAUAL: 01/01/2025 A 31/12/2025. SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE: ELIANA CAMPOS DA SILVA PELA CONTRATADA: LUIZ CLÁUDIO CAFEZEIRO DE ALMEIDA.





ESTADODABAHIA

CÄMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Máxio Andreasza, 195 - CEP: 48.370-000 CNPJ: 13,255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

CONTRATO Nº. 16/2023

Processo: 05165e25 - Doc. 114 - Documento
AL DE ESPLANADA

195 - CEP: 48.376-000
46 Telefax: (75) 3427-1363

lenada@gmail.com

O Nº. 16/2023

CONTRATO Nº 16/2023- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DES
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE CELEBRAMA SERVICOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA-BA, E A EMPRESA PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA

000, Centro, Esplanada (Ba), inscrita no CNPJ sob o n.º 13.255.625/0001-46, neste ato representada por sua Presidente a Sĕa ₹ ELIANA CAMPOS DA SILVA, inscrito no CPF n.º 782.513.035-91 e RG n.º 08.45.40.91-58 SSP/BA, residente e domiciliada no Loteamento dos Capuchinhos 265, Centro, Esplanada, Ba, CEP 48.370-000, doravante denominado abreviadame CONTRATANTE, e a Empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82, com sede na Rua Juraci Magalhães, 16, 2 andar, Sala 201Centro, Conceição do Jacuipe/Ba, CEP 44.245-000, representante L@iz Claudio Cafezeiro de Almeida, Brasileiro, , Contador, CPF 242.279.005-49, RG 0243561660 SSP/BA , residente e domiciliado em Salvador, aqui denominada CONTRATADA, com base no Edital do Pregão Presencial nº. 001-2023, disposições da Egio Federal n°. 10.520/02 e, subsidiariamente a Lei n°. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e do Processo Administrativo nº. 2023, resolvem celebrar o presente Contrato Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento.

Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesourarta, com o sistema de T Orçamento e Contas - SIAFIC, conforme especificações constantes neste Edital do Pregão Presencial n.º 001-2023, cujeso Orçamento e Contas - SIAFIC, conforme especificações constantes neste cultar ou respectivo de la constante de presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

- §1º. Os serviços contratados incluem todas as atividades inerentes exclusivamente no Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas -SIAFIC.
- §2º. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666/93.
- §3º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- §4º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da Contratada, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as ciáusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor. apresentada na referida licitação.

- § 1º O presente contrato vincula-se aos termos:
- a) do edital do Pregão Presencial nº 001-2023, constante do Processo Administrativo nº 09-2023.

EOBLA





ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Mario Andreazza, 195 - CEP: 48.370-000
CMPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363
E-mail: cmesplanada@gmail.com

b) da proposta vencedora da Contratada.

§ 2º. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/050 e demais legislações regentes da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

O preço pela execução do serviço é o global de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais), sendo pago mensalmente a quanda de R\$ 8.000,00 (Olto Mil Reais), devendo os valores pertinentes ser pago pela CONTRATANTE, na conta corrente CONTRATADO, em até trinta dias da data da apresentação da Nota Fiscal. CONTRATADO, em até trinta dias da data da apresentação da Nota Fiscal.

PARAGRAFO UNICO: Os valores apresentados serão divididos em 09 (nove) parcelas mensais consecutivas de igual valor.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS:

Do valor contratado 60% (sessenta por cento) será destinado às despesas com mão - de - obra e 40% (quarenta por cento) destinado às despesas com transportes, tecnologia, hospedagem e outros custeios, de acordo com o parágrafo 1º do artigo

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente contrato terá a vigência de 09 (nove) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inciso II da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA- DA FORMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados na cidade de Esplanada /Bahia, pelo Contratado ou por sua equipe. bem como, caso haja necessidade, na sede do CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - Os serviços objeto do presente contrato poderão também ser prestados através de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e visitas técnicas a serem realizadas na sede da CONTRATANTE 03(três) vezes por semana, correndo por confa da contratada as despesas decorrentes desta visita, tais como combustivel, transporte e alimentação dos representantes da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES:

As partes se obrigam a cumprir as obrigações previstas no Edital e seus anexos e ainda:

- 1 Caberá ao Contratante:
 - a) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada:

por: ELIANA CAMPOS DA SILVA - 04/02/2025 13:45:15

Eslike



ESTADODABAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

195 -CEP: 48.370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplaneda@gmail.com

- b) Solicitar a execução dos serviços constantes do objeto deste contrato mediante a expedição de Ordem de Serviço;
- c) Notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no serviço, fixando prazo para 🚉 correção.
- d) Designar servidores do Contratante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da 📴

II – Caberá ao Contratado:

- Caberá ao Contratado:

 a) Prestar os serviços contratados nas especificações exigidas no Edital e Anexos da Licitação e no prazo e no local especificado na Autorização de Serviços;

 b) Responder, direta ou indiretamente, por qualquer despeción.

- especificado na Autorização de Serviços;

 b) Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpar. ANAS Comprir as determinações do CONTRATANTE;

 d) Manter os bens contratados de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de vigilância à saúde e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

 e) Manter os bens contratados em condições ideais de segurança;
- f) Arcer com as despesas referentes a execução do objeto contratado, inclusive os tributos Municipais, Estaduaiste Federais incidentes sobre os bens até a sua entrega;
 g) Manter atualizada a documentação exigida neste edital, relativa a certificações obrigatórias do objeto contratado.
 h) Manter, durante o tempo da execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas fallícitação (Art. 55, Inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).
 7 À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:
 a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldádos na época própria, yez que en sous empresados não menterão com contratado emprendicio com contratado.

§ 1º - À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

- se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o 🗔 CONTRATANTE:
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, bem como todas as despesas decorrentes do cumprimento do objeto, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por lei;
- c) Todos os encargos de possível demanda fiscal, trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- § 2º A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vinculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

§ 3º - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE:

A subcontratação de outra empresa para a execução parcial ou total do objeto deste contrato, sem autorização da Contratante.

EBIL





- Processo: 05166c25 Doc. 114 Documento Assingdo Digital CAMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

 Av. Mário Andreacca, 195 CEP: 48.370-000
 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363
 E-mail: cmesplana da@gmail.com

 CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES;

 A Contratada responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

 §1º. A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

 §2º. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarredade.
- §2º. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarreta prejuízos ao Município, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos terrigos
- da Lei. \$3°. Com fundamento nos artigos 86, 87 e 88 da Lei n° 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificago. assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- I advertência:
- II multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;
- III suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo até 2 (dois) anos:
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivês 🤅 determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção 3:45:15 aplicada com base no subitem anterior.
- §4º. As sanções de multa podem ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.
- §5º. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.
- §6º. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora. que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- 1 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusíve no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação:
- 11 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado:
- III 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigesimo.

Edslike





Acessee em: https://e.tcm.ba.gov.br/de/visitas na lei.

ESTADODABAHIA

ESTADODABAHIA

ESTADODABAHIA

ESTADODABAHIA

Av. Mário Andreazza, 195 - CEP: 48.370-000
CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363
B-mail: cmasplanada@gmail.com

§7°. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei. previstas na lei.

§8º. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantía do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sãa diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9°. A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade

Perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na federal nº 8.666/93.

§1º. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos l a XVIII e XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVIII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 78 mesmo diploma. mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:

O extrato do presente contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial da Câmara e em outros locais públicos e de fácil acesso, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

O Presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária da Câmara de Esplanada, à conta da seguinte programação:

I-Órgão/Unidade - 01.01.01-CÂMARA MUNICIPAL II-Projeto Atividade - 01.031.0001.2001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO III- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

EBSIB

ENNIE





ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Mário CNPJ: E-mail: cmesplanada@gmail.com

IV-Fonte de Recurso: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

§1º. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem 😤

objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666/93.

§2º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA- DA REVISÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS:

Os preços cotados poderão ser objeto de revisão de acordo com o disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93. mediante solicitação da emprese vencedora o contratado na Presidente da Câmara dada a contratado na Câmara da contratado na Câmara da contratado na Câmara da contratado na Câmara da câmar Federal nº 8.666/93, mediante solicitação da empresa vencedora e contratada ao Presidente da Câmara, desde que acompanhada da documentação que comprove a efetiva procedência do pedido.

Os preços contratados serão reajustados a cada 12 (doze) meses, através do IGPM-FGV (Índice Geral de Preços Consumidor da Fundação Getúlio Vargas).

O critério de reajustamento acima descrito, poderá ser modificado ou ainda substituído por outro sistema, desde que comprovada sua ineficiência, em comum acordo entre a Câmara Municipal de Esplanada e a contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

- §1º. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73 da Lei federal nº 8.666/93, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade Contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.
- §2º. Durante a vigência deste contrato, o cumprimento do objeto será acompanhada e fiscalizado pelo órgão de Controle interno do Poder Legislativo e outros órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas Foro da Cidade de Esplanada-BA; Comarca de Esplanada- Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Málio Andreprat. 195 - ISP. 18.370-000
CNPJ: 33.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-3363

Small: cmesplanndegaali.com

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para quiese pelas testemunhas abaixo.

Esplanada-Ba, 13 de abril de 2023.

ESPLANA CAMARA

CONTRATANTE

PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA

CNPJ N.º 07.121.323/0001-82

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG: 1354195154

CPF: 033.272.815- 30

CPF: 033.293.395-18



ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Ministro Mário Andreazzu, 195 - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427 1363 E-mail: cmesplanada@gmail.com

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023 - TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA E A EMPRESA PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA - SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, NA FORMA ABAIXO.

A Câmara Municipal de Esplanada – Ba, ente de direito público interno, com sede a Av. Mario Andreazza, 195, CEP 48.370-000, Centro, Esplanada (Ba), inscrita no CNPJ sob o n.º 13.255.625/0001-46, neste ato representada por seu Presidente a Sra. Eliana Campos da Silva , inscrito no CPF n.º 782.513.035-91 e RG n.º 08.45.40.91-58 SSP/BA, residente e domiciliada no Loteamento dos Capuchinhos 265, Centro, Esplanada, Ba, CEP 48.370-000, doravante denominado CONTRATANTE e, a Empresa PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA, CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82, com sede na Rua Juraci Magalhães, 16, 2 andar, Sala 201Centro, Conceição do Jacuipe/Ba, CEP 44.245-000, representante Luiz Claudio Cafezeiro de Almeida, Brasileiro, , Contador, CPF 242.279.005-49, RG 0243561660 SSP/BA , residente e domiciliado em Salvador, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023, com base no parecer Jurídico constante do Processo Administrativo nº. 62/2023 e com base no Pregão Presencial nº 001/2023 e do Processo Administrativo nº. 09/2023, sujeitando-se, no que couber, à Lei nº. 8.666/93 e à legislação que rege a espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 16/2023, cujo objeto é a execução de serviços técnico especializados de consultoria para Acompanhamento, Gerenciamento e Controle dos Sistemas Estruturantes em relação da efetiva integração com o Sistema de Tesouraria, Orçamento e Contas — SIAFIC, conforme especificado nos Anexos, partes integrantes do Pregão Presencial n.º 001-2023 e com a proposta contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As alterações ao Contrato realizadas meio deste Termo Aditivo consistem na alteração do Prazo para execução do objeto contratado pelo período de 12 (doze) meses desde 01/01/2024 a 31/12/2024, descrita na Cláusula Quinta encontram-se no limite previsto no art. 57 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em face da prorrogação contratual, o valor total do Contrato passa a ser de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no disposto na Cláusula Quinta, do Contrato nº 16/2023 e no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas deste Contrato correrá á conta da seguinte dotação orçamentária:





ESTADODABAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA

Av. Ministro Mário Andreazza, 195 - CEP: 48370-000 CNPJ: 13.255.625/0001-46 Telefax: (75) 3427-1363 E-mail: cmesplunada@gmail.com

UNIDADE GREAMENTATIA		ELEMENTO DE SE DE SPESA DE SPE	
01.01.01-CÂMARA	01.031.0001.2001- GESTÃO	3.3.90.39.00 -	15000000- RECURSOS NÃO
MUNICIPAL	E MANUTENÇÃO DAS		VINCULADOS DE IMPOSTOS
	AÇÕES DO PODER	DE TERCEIROS -	
	LEGISLATIVO	PESSOA JURÍDICA	

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO.

Permanecem inalteradas as Cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste CONTRATO na Imprensa Oficial, no prazo de lei, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo lavrado em 3 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Esplanada (BA), 28 de dezembro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPLANADA/BA

Presidente da Câmara

PATRIMONIAL SOLUÇÕES CONTABEIS LTDA

CNPJ sob n.º 07.121.323/0001-82 Luiz Claudio Cafezeiro de Almeida CPF 242.279.005-49

Contratada

Testemunhas:

1º Bajane des Bantos Souza CPF: 033 283 155 18

CPF: 0.33. 272. 815.20